

Relatório de seminários do fluxo segurança

Apresentação

Esse documento relata os dois Seminários de Pesquisa vinculados ao fluxo segurança realizados em 2011. O primeiro deles, do Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira (Relações Internacionais PUC-SP) e o segundo, do Prof. Dr. Thiago Rodrigues (Relações Internacionais UFF).

1) Seminário “Securitização do Crime Organizado Internacional nos Estados Unidos na década de 1990”.

Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira – coordenador do curso de graduação de Relações Internacionais da PUC-SP

Data: 19/09/2011

Local: PUC-SP

O Seminário do Prof. Paulo Pereira ocorreu em setembro de 2011 e o tema principal foi sua pesquisa de doutorado “Securitização do Crime Organizado Internacional nos Estados Unidos na década de 1990”. A conversação estabelecida mostrou-se pertinente diante dos atuais campos de investigação do fluxo segurança.

Após apresentar brevemente de seu percurso como pesquisador, desde sua graduação em Ciências Sociais até os estudos das Relações Internacionais no mestrado e doutorado, Pereira promoveu tratou do investimento estadunidense no combate ao *crime organizado transnacional*, especificamente durante o governo Bill Clinton (1993-2000), observando seus efeitos no controle das ilegalidades. Foi apresentada a expansão da política criminal estadunidense na década de 1990 que reforçou a distinção entre segurança doméstica e

segurança internacional. Nesse período teriam sido aprofundados programas de controle territorial das rotas do crime organizado, com prioridade na América Latina e, posteriormente, programas de maior vigilância e controle voltados ao Oriente Médio. A internacionalização da polícia estadunidense como o FBI e de uma política criminal que promovesse novos conceitos científicos de crime criados por especialistas, foram também importantes deslocamentos discutidos no seminário, principalmente com a localização de novas ameaças identificadas como o narcotráfico, o terrorismo e a corrupção. Segundo Pereira, o Congresso estadunidense também aparece como um dos principais eixos de produção jurídica que legitimou a política criminal do governo Clinton. Para o professor, essa ênfase do governo estadunidense em identificar “novas ameaças” – incluindo o crime organizado transnacional – ao longo dos anos 1990, propiciou a ativação de novas práticas de segurança tanto no campo doméstico como internacional. Práticas justificadas como necessárias e que teriam sido uma adaptação dos Estados Unidos no que se refere à sua política de segurança em um momento de informatização da vigilância e liberalização da economia mundial após o fim da Guerra Fria e da perda da primazia da ameaça estatal como fonte central de preocupação para a segurança dos Estados

2) Seminário “Seguranças: da nacional à climática e humana”

Prof. Dr. Thiago Rodrigues – Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos da UFF; pesquisador no Nu-Sol/PUC-SP; coordenador do fluxo segurança do PTE/Fapesp.

Data: 08/12/2011

Local: PUC-SP

O seminário “Seguranças: da nacional à climática e humana” foi a conclusão de um ano de pesquisa iniciado com o desdobramento do tema da “segurança climática” – proveniente das investigações de 2010 – e que avançou no sentido da análise das transformações conceituais e histórico-políticas do problema da *segurança* na passagem do século XX para o XXI. O Prof. Thiago Rodrigues explicitou que seu objetivo foi buscar as procedências dos discursos políticos e acadêmicos e das iniciais institucionalizações em torno do conceito de “segurança climática”. Nesse trabalho, foi possível identificar que as primeiras menções à questão climática como um problema de segurança para o Estado datavam do início da década de 1990, momento no qual o final da Guerra Fria ampliou o debate da segurança para além dos limites estatais/nacionais permitindo a inclusão das chamadas “novas ameaças” na agenda de segurança de Estados e coalizões de Estados.

Nesse período, teria havido uma alteração no *objeto de segurança* (o que ameaça) e no *sujeito da segurança* (o que deve ser defendido). Nas teorias da soberania, interessadas na segurança do Estado/segurança nacional, o sujeito é o Estado e o objeto, outros Estados. Na “nova perspectiva” de segurança, que emerge no final do século XX, o sujeito seria a “população civil” e o objeto, as “ameaças internas” (guerra civil e violências cometidas pelo Estado contra a própria população) e “transnacionais” (ilegalismos e terrorismos). Ao menos assim definiram documentos como o *Human Development Report* (HDR) de 1994¹, documento editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que exortava os Estados-membros da ONU a deslocar sua atenção da segurança em termos estritamente bélicos para a segurança das populações o que implicava uma série de *estados de seguranças* a serem atingidos: segurança pessoal (contra violências), segurança política,

¹ Os documentos citados nesse relatório encontram-se disponíveis em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/seguranca/seguranca.html>

segurança comunitária, segurança de saúde, segurança alimentar e segurança ambiental.

Estar seguro, portanto, não seria mais apenas a proteção contra a morte violenta garantida pelo Estado – ênfase da segurança nas teorias da soberania – mas a composição de elementos que assegurassem o que o documento chama de “desenvolvimento humano sustentável” (HDR, 1994: 22). O tema da segurança humana, então, passou a articular múltiplas dimensões do desenvolvimento econômico-social das populações no planeta. E, mais do que isso, a segurança dessas populações não dependeria apenas dos Estados aos quais pertencessem como cidadãos, mas, também, das condições climáticas que tornassem possível a vida com *qualidade*.

Do ponto de vista jurídico-político colocou-se um problema: como equacionar a primazia do Estado como ente soberano diante dos direitos humanos que colocaram o Homem como sujeito de direito internacional. As primeiras intervenções humanitárias – começadas na Somália, em 1992, e seguidas no Kosovo, em 1999 – colocaram em xeque o princípio da não-intervenção, explicitando um possível paradoxo: o sistema internacional parametrado pela Carta da ONU funda-se no respeito à soberania e ao princípio da não-intervenção, mas, também, institui a Humanidade como categoria jurídica a ser protegida.

O ensaio para a possível acomodação de princípios derivados da sociedade disciplinar e da teoria da soberania para práticas políticas da sociedade de controle teria começado, no campo da segurança, com a emergência do debate sobre a segurança humana. Esse debate, e o possível paradoxo mencionado pelo Prof. Rodrigues, teriam dado espaço para a produção do conceito da Responsabilidade de Proteger, que não elimina a centralidade do Estado como figura política soberana, mas a relativiza, sustentando que de que o Estado que não consegue proteger – ou decide atacar

– sua população deve ser alvo de ações da *comunidade internacional* que podem chegar, até mesmo, às intervenções humanitárias armadas.

Os autores que lidam com o tema, no entanto, ressaltam que a segurança humana não poderia ser pensada dissociada da segurança climática, uma vez que o *sujeito de segurança* final, mesmo quando se trata de preservar o meio ambiente, seria a Humanidade. Em outras palavras, proteger, preservar e recuperar o meio ambiente seria um meio para a vida humana na Terra. A preservação da espécie humana teria, então, servido como estímulo para o desenvolvimento de tratados e documentos internacionais como a mencionada HDR, de 1994, e, antes dela, o Relatório Brundtland de 1987 e a Cúpula da Terra (Rio 92), em 1992.

O tema da segurança internacional hoje, assim, comporia aspectos da segurança nacional redimensionados e, em parte, sobrepostos por uma dimensão planetária e transterritorial tanto nos *objetos* quanto nos sujeitos de *segurança*. A articulação entre segurança humana, segurança climática, “Estados falidos” e Responsabilidade de Proteger seria, desse modo, pertinente para a análise de uma emergente ecopolítica, o que justifica o percurso de pesquisa avançado até então e sua continuidade e adensamento no prosseguir do Projeto Temático.